

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	39
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	40
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Usiminas empenha esforços no controle dos principais riscos aos quais está exposta, atuando não apenas de maneira reativa com controle e monitoramento efetivos, mas também de forma preventiva para minimizar potenciais impactos e vulnerabilidades a que seus processos possam incorrer.

A metodologia de Gestão de Riscos foi introduzida em 2020 com apoio da KPMG Brasil e está atualmente centralizada na Gerência de Gestão de Riscos. Entre as funções dessa gerência está a de mapear e reportar aos responsáveis os principais riscos da companhia, bem como apoiar as áreas de negócio no mapeamento e monitoramento de seus riscos.

A Política de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração descreve o sistema de gerenciamento de riscos, o apetite ao risco e a metodologia adotada pela Companhia, com base nas normas ISO 31000:2018 e COSO ERM:2017 de Gerenciamento de Riscos Corporativos Integrado com Estratégia e Performance. Além das referências técnicas da ISO 31:000/18 e COSO, foi definido com suporte de ferramenta ERM o “apetite a risco”, um valor originado de uma análise ampla qualitativa e quantitativa da Companhia, que resulta em um número/valor de referência que permite avaliar, ranquear e priorizar os riscos identificados.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos da Usiminas estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre a Gestão Corporativa de Riscos da Usiminas e suas Unidades de Negócio.

Para o controle dos riscos estratégicos do negócio, a Usiminas conta com importantes instrumentos, entre eles, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos, Comitê Comercial, Comitê Estratégico de Engenharia, Comitê de Propriedade Intelectual, Comitê de Custos, Comitê Digital Estratégico, Comitê Estratégico de Segurança, entre outros,

Todas as áreas da Usiminas são envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, recebendo e fornecendo informações personalizadas de acordo com os contextos em que estão inseridas. Dessa forma, entendem a importância de conhecer e monitorar os riscos com mais eficácia. Essa abordagem com as áreas é dinâmica, estruturada e abrangente, sendo aprimorada continuamente.

As ações são desenvolvidas buscando a construção e o monitoramento contínuo de todos os riscos estratégicos da Usiminas, desde a identificação em conjunto com as áreas de negócio, passando pela avaliação e classificação de criticidade, até o monitoramento e acompanhamento dos indicadores. O processo visa estabelecer estratégias para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar potenciais eventos, que possam afetar resultados. Busca administrar os eventos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite a risco da Companhia, possibilitando maior segurança do cumprimento dos seus objetivos.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A metodologia e processos de gestão de riscos está atualmente centralizada em uma Gerência de Riscos sob estrutura da Gerência Geral de Auditoria Interna que responde ao Comitê de Auditoria da Usiminas, e que busca por meio de contínuo contato com as áreas de negócio, apoiá-las no processo de gestão dos seus riscos além de assegurar para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração que os nossos processos internos tenham seus riscos monitorados por meio de única metodologia utilizando padrões adequados.

A Auditoria Interna utilizará dos resultados das avaliações de riscos e premissas da Gestão de Riscos, adotando como parte do seu escopo e para construção do Plano Anual de Auditoria enviar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

esforços na realização de trabalhos em processos que eventualmente apresentarem maior criticidade e relevância estratégica.

Além disso, foi instituído o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como objetivo assessorar o Comitê de Auditoria no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos da Companhia, e das demais empresas controladas pela Usiminas; assegurando adequado sistema para identificação e avaliação periódica destes. O Comitê objetiva ainda conferir maior eficiência e qualidade ao processo decisório da companhia, tendo o condão de emitir recomendações que poderão ser levadas em consideração pelos órgãos de administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma Política de Riscos para os quais se busca proteção.

A Política Financeira da Companhia, que abrange também as suas controladas e coligadas, entrou em vigor em 2009, após aprovação da Diretoria da Companhia, sendo que sua última revisão foi aprovada pela Diretoria da Companhia em junho de 2019.

A Política Financeira da Companhia visa:

- 1.1 Estabelecer diretrizes para o gerenciamento e aplicação de recursos financeiros, em coerência com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio.
- 1.2 Garantir a transparência e a imparcialidade na tomada de decisões, em conformidade com os princípios éticos empresariais.
- 1.3 Zelar pela eficiência na gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia, considerando fatores técnicos relacionados às diretrizes de Gestão de Caixa e Gestão de Riscos de Mercado.
- 1.4 Orientar a gestão permanente do risco de liquidez, garantindo o cumprimento das obrigações assumidas e proteção dos resultados financeiros e patrimônio.
- 1.5 Melhorar a percepção de geração de valor para acionistas, investidores, credores e agências de *rating*, em função de boas práticas financeiras e políticas de redução de exposição ao risco e volatilidade.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca reduzir os riscos relativos à exposição cambial à volatilidade de moedas, preços de commodities, taxas de juros, volatilidade no fluxo de caixa e evitar o descasamento entre moedas. A Companhia não adota proteções específicas relacionadas à inflação ou à liquidez de mercado.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para proteger o balanço patrimonial a Companhia poderá realizar operações de hedge mediante a identificação de exposição à taxa de juros, moeda estrangeira e commodity.

Os hedges serão classificados nas modalidades: a) hedge operacional, b) hedge de dívida e c) hedge natural, e terão como principais objetivos a redução da volatilidade do fluxo de caixa e a redução do risco através da substituição de taxas de juros, moedas e trava de preços de commodities.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados pela Companhia com o objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultante de transações financeiras e operacionais, previamente aprovados pela Política Financeira da Companhia, são os seguintes: (i) contratos futuros, (ii) contratos a termos (NDF); (iii) swaps (bolsa e/ou balcão), (iv) compra e venda de opções de compra (call) e venda (put), sem alavancagem; (v) collars. Também poderão ser utilizados outros instrumentos, desde que devidamente aprovados pelo Comitê Financeiro.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos

O monitoramento das diretrizes da Política Financeira é apresentado mensalmente ao Comitê Financeiro. A política financeira é avaliada sempre que necessário em função da necessária adequação ao mercado financeiro e/ou as estratégias da Usiminas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Política Financeira da Companhia estabelece os critérios para a seleção dos bancos e para a escolha das operações permitidas; as operações de derivativos; o nível de contratação de operações; a análise e monitoramento do grau de exposição aos riscos do mercado financeiro; e a análise e monitoramento das operações contratadas.

Os limites de concentração de Caixa para a Usiminas atendem os seguintes critérios:

RATING (LOCAL)	A - LIMITE POR INSTITUIÇÃO DO CAIXA TOTAL CONSOLIDADO USIMINAS	B- MÁXIMO % DO PL DO BANCO OU DA USIMINAS (CONSOLIDADO) *
AAA	20%	7,5%
AA+	20%	5%
AA	20%	5%
AA-	20%	5%
A+	15%	5%
A	15%	5%
A-	15%	5%

*Considerar o que for menor

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Política Financeira da Companhia estabelece que as operações com derivativos têm como objetivo a redução da volatilidade do fluxo de caixa e a redução do risco de taxas de juros, moedas e travas de preços de commodities. A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos especulativos.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A execução das atividades de controle de gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os funcionários da Companhia, com base nos padrões corporativos aprovados e amplamente divulgados. Para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia possui uma estrutura organizacional implementada, conforme descrito abaixo:

O Conselho de Administração, como órgão máximo na estrutura organizacional e gerenciamento estratégico de riscos da Companhia, tem como responsabilidade específica a identificação e avaliação de riscos legais ou regulatórios que possam afetar materialmente a Companhia ou seus negócios.

Como órgão consultivo do Conselho de Administração e integrando também a estrutura organizacional do controle de gerenciamento de riscos, existe o Comitê de Auditoria, órgão obrigatório pelo Estatuto Social da Companhia e cujos membros podem ser, mas não necessariamente, membros do Conselho de Administração. Suas atribuições e membros podem ser verificados nos itens 12.1 "a" e 12.7 deste Formulário de Referência, respectivamente.

Também subordinada ao Conselho de Administração e integrando a estrutura organizacional do controle de gerenciamento de riscos, a Gerência Geral de Auditoria Interna é responsável pela elaboração do Plano Anual de Auditoria, pelo gerenciamento de riscos e pela avaliação do sistema de controle interno e pelo reporte direto ao Comitê de Auditoria.

A Gerência Geral de Auditoria Interna contribuiu para a manutenção dos níveis de Governança Corporativa, utilizando como suporte a metodologia de auditoria baseada em risco. Os resultados da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

auditoria proporcionaram melhorias na estrutura dos controles internos, aprimoramento das práticas de Governança Corporativa e contribuíram para a implementação de medidas preventivas para reduzir os riscos da Companhia.

A Diretoria Financeira é responsável pela proposição da estratégia financeira, e tem por atribuição gerenciar o fluxo de caixa da Companhia; monitorar o mercado e propor operações de financiamentos, empréstimos, operações de Forfaiting e Cessão de Crédito, e derivativos.

O Comitê Financeiro, órgão de assessoria à Diretoria Executiva, tem por objetivo acompanhar as posições financeiras e a estrutura de capital da Companhia. O Comitê tem por atribuição (i) a definição das estratégias financeiras; (ii) a decisão de contratação de novos empréstimos e renegociação de dívidas; (iii) o acompanhamento do cumprimento da Política Financeira; (iv) a autorização de operações de derivativos - responsabilizando-se pela aprovação de operações dessa natureza e quanto à sua submissão aos órgãos cabíveis, conforme estrutura de governança corporativa da Companhia; (v) o controle, mensuração e acompanhamento dos efeitos das variáveis de risco sobre as operações realizadas; (vi) a orientação da elaboração das demonstrações exigidas pela legislação e pelos órgãos fiscalizadores a respeito das operações com derivativos.

A Tesouraria da Companhia é responsável por executar a estratégia financeira - elaborar e controlar o fluxo de caixa, rentabilizar os saldos excedentes de caixa, monitorar o mercado, estudar alternativas de Hedge, executar operações de Forfaiting e câmbio, contratar garantias bancárias, acompanhar operações contratadas, entre outras atividades, sempre observada a Política Financeira.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificar a eficácia da política de gerenciamento de riscos são adequados e estão em processo de melhoria contínua. A Companhia está comprometida com a implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos e pela Auditoria Interna em relação à adequação da política de gerenciamento de riscos, bem como à prevenção, controle e redução de riscos que possam impactar a Companhia.

Em 15 de janeiro de 2019, entrou em vigor o Programa de Integridade da Companhia, reunindo os Códigos de Ética e Conduta e as seguintes políticas: Política Anticorrupção, Política Competitiva, Política de Conflitos de Interesse e Transação entre Partes Relacionadas, Política de Presentes, Presentes e Hospitalidade Política, Patrocínio e Doação e Política de Relações Intermediárias.

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre a adoção, revogação ou quaisquer alterações, adições ou outras modificações ao Código de Ética e Conduta e outras políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia.

O Conselho de Administração é assistido pelo Comitê de Auditoria, que monitora a conformidade com o Código de Ética e Conduta da Companhia e com as Políticas que cobrem o Programa de Integridade da Companhia, incluindo a supervisão das atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável por manter Controles Internos adequados de forma a garantir em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos processos internos, dos relatórios financeiros bem como as demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Na opinião da Administração, a Companhia mantém controles internos administrativos e contábeis que asseguram um adequado domínio das operações e consequentes registros contábeis tempestivos e corretos, evitando, também fraudes e desperdícios.

A Companhia possui procedimentos formais para elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras de modo a melhor assegurar a integridade e a transparência das informações.

Dentre o conjunto de práticas adotadas destacam-se:

- A formalização dos critérios contábeis aplicados nas demonstrações financeiras, incluindo critérios para constituição de provisões;
- A automatização da maioria dos lançamentos de registro contábil;
- O controle sistematizado e a revisão periódica dos acessos lógicos aos sistemas, bem como a segregação de funções às transações críticas do processo;
- A existência de um Comitê de Divulgação responsável por revisar as comunicações ao mercado de capitais;
- A revisão gerencial das atividades de fechamento contábil, de conciliação bancária, de lançamentos contábeis manuais, de lançamentos contábeis que envolvam estimativas e julgamentos, da consolidação das Demonstrações Financeiras, dentre outras.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pelo Auditor Independente e pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências dos processos são relatadas nas Cartas de Controles Internos ou Relatórios de Auditoria e são reportadas à Administração e ao Comitê de Auditoria, desdobrando em planos de ação para mitigar ou reduzir a exposição dos riscos a níveis aceitáveis pela Companhia.

A respeito, cabe ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração na sua atribuição de fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Controladoria;
- Auditoria Interna;
- Comitês internos.
- Gestão de Riscos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são supervisionados pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria a partir das Cartas de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Controles Internos emitidas pelo Auditor Independente e dos Relatórios de Auditoria emitidos pela Auditoria Interna.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Durante a execução de seus trabalhos de auditoria para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores independentes não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Durante a execução de seus trabalhos de auditoria para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores independentes não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Para as demais recomendações ou deficiências (não significativas) apontadas pelo auditor independente, a Administração adotou planos de ação e está acompanhando o seu cumprimento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em 15.01.2019, entrou em vigor o Programa de Integridade da Companhia, que é composto pelo Código de Ética e Conduta e por seis Políticas. São elas: 1) Política Anticorrupção; 2) Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades; 3) Política de Patrocínios e Doações; 4) Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários; 5) Política Conflito de Interesses e Transações com Parte Relacionadas; e 6) Política Concorrencial.

A Política Anticorrupção determina que é estritamente vedado qualquer ato de exigência, insinuação, promessa, aceite ou oferecimento de qualquer tipo de favor, benefício, e gratificação, para si ou para terceiros, como contrapartida à obtenção de vantagens indevidas ou favorecimento com quaisquer pessoas, inclusive aquelas ligadas ao poder público (Agentes Públicos e/ou Autoridades Governamentais).

Destaque também para a Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários que estabelece as diretrizes de integridade para relacionamento com Terceiros Intermediários¹. A Política complementa os procedimentos para qualificação, cadastramento, avaliação, contratação e interações destes Terceiros que são contratados para atividades, por exemplo, (i) de obtenção de licenças ou qualquer forma de autorização por parte de uma Autoridade Governamental, (ii) com interação, direta ou indireta, junto aos Agentes Públicos, (ii) de corretagem, despachantes de alfândega, transportadores com a capacidade de representar da Companhia nos postos fronteiriços ou nas alfândegas nacionais ou internacionais, consultores, advogados, representantes comerciais e gerenciadores.

No ano de 2020, foram lançados três E-Learnings para o público interno (Código de Ética e Conduta; Política Anticorrupção; e Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários) e um E-Learning sobre o Programa de Integridade para os Terceiros Intermediários (público externo).

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A estrutura de integridade da Companhia é composta por três órgãos básicos: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Departamento de Integridade e (iii) Comitê de Conduta – vide item 13 do Código de Ética e Conduta (<http://ri.usiminas.com/governanca-corporativa/programa-de-integridade/>).

O Comitê de Auditoria, dentre as suas atribuições previstas no Estatuto Social da USIMINAS e no seu Regimento Interno, é responsável pelo assessoramento do Conselho de Administração da USIMINAS na fiscalização das ações desempenhadas pelo Departamento de Integridade e pelo Comitê de Conduta, zelando pela correta implementação e pelo cumprimento do Código e das demais políticas do Programa de Integridade da Companhia.

O Departamento de Integridade é responsável pela implementação, revisão e atualização de todas as ações que compõem o Programa de Integridade da Companhia. As principais funções do Departamento de Integridade são: (i) disseminar e viabilizar treinamentos e propor ao Conselho de Administração a revisão e atualização do Código, das normas e das políticas do Programa de Integridade da Companhia; (ii) realizar análises periódicas de riscos de integridade; (iii) estabelecer controles sobre a

¹ Terceiro Intermediário é toda pessoa física que não seja colaborador ou pessoa jurídica que não seja parte da Companhia, mas que seja contratada ou subcontratada para representar ou atuar em nome da Companhia (definição apresentada na Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

conformidade das políticas e das ações de integridade; (iv) deliberar sobre a outorga ou denegações das aprovações expressamente previstas neste Código e nas demais políticas do Programa de Integridade da Companhia; (v) manifestar-se em eventuais dúvidas, sugestões ou questões sobre o Programa de Integridade; e (vi) gerenciar o Canal Aberto e apurar as denúncias recebidas por tal veículo.

O Comitê de Conduta é responsável pela implementação das ações avaliadas pelo Departamento de Integridade relacionadas a violações a do Código e a políticas do Programa de Integridade da Companhia, assim como pela determinação das medidas e ações disciplinares e/ou de remediação cabíveis. Suas principais atribuições são: (i) receber as apurações conduzidas pelo Departamento de Integridade, analisá-las e determinar e aplicar medidas disciplinares e de remediação em face de violações ao Código e às políticas do Programa de Integridade; e (ii) auxiliar e orientar o Departamento de Integridade em deliberações sobre a outorga ou denegação das aprovações expressamente previstas como exigidas por este Código e/ou pelas políticas do Programa de Integridade da Companhia. O Comitê de Conduta deverá reportar suas atuações, deliberações e determinações ao Comitê de Auditoria.

A área de Integridade está ligada ao Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração é responsável por aprovar o plano e o orçamento da área de Integridade.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O item 2 do Código de Ética e Conduta prevê a questão (<http://ri.usiminas.com/governanca-corporativa/programa-de-integridade/>).

O Código de Ética e Conduta é a norma fundamental da USIMINAS e tem como objetivo orientar o relacionamento da USIMINAS com seus públicos internos e externos.

Os Colaboradores da Companhia, seus representantes e Terceiros Intermediários devem atuar em conformidade com as orientações contidas no Código, nos demais regulamentos e normas internas aplicáveis da Companhia, bem como na legislação vigente nos locais onde a Companhia mantém suas atividades.

Nas sociedades investidas pela USIMINAS que não sejam suas controladas, a USIMINAS deverá envidar seus melhores esforços para que adotem políticas e práticas em linha com o Código e as políticas da USIMINAS.

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de Comitês, diretores e gerentes são os principais patrocinadores do Código e possuem a missão de aplicá-lo em suas rotinas e promover a disseminação de seus princípios e regras a toda a Companhia.

- Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados recebem treinamentos em relação ao Código de Ética e Conduta. Durante sua permanência na Companhia treinamentos online e presenciais são ministrados a diferentes públicos sobre temas específicos tratados no código, mediante necessidades específicas determinadas pelo Conselho.

No ano de 2020, por exemplo, foram lançados três E-Learnings para o público interno, incluindo as lideranças: Código de Ética e Conduta; Política Anticorrupção; e Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Violações aos dispositivos do Código e das Políticas internas da Companhia podem ensejar medidas ou penalidades previstas no item 15 do Código de Ética e Conduta (<http://ri.usiminas.com/governanca-corporativa/programa-de-integridade/>). Na aplicação das penalidades, são consideradas a natureza e gravidade da infração, sempre observando as normas internas e legislação aplicável.

- Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de Ética e Conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A atual versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS em 12.10.2018. Seu lançamento se deu em 15.01.2019. O Código está disponível em <http://ri.usiminas.com/governanca-corporativa/programa-de-integridade/>.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Possui canal de denúncias (Canal Aberto) e era interno em 2020, porém desde março de 2021 foi terceirizado (<https://contatoseguro.com.br/usiminas> | 0800 900 9093).

- Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias da Companhia, Canal Aberto, recebe denúncias dos empregados, administradores, clientes, fornecedores, investidores, poder público e comunidade em geral. Qualquer pessoa pode acessar o site ou formalizar uma denúncia através de ligações gratuitas para o número 0800.

- Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A ferramenta Canal Aberto funciona com os princípios de transparência e imparcialidade. Quem usa o Canal Aberto tem a identidade preservada, e as informações recebidas são tratadas com sigilo. A Ferramenta do Canal Aberto permite denúncias sem a identificação (anônimas). Ao comunicar uma denúncia, o usuário do Canal Aberto tem a opção de não se identificar. Quanto à proteção do denunciante, o Código estabelece que a Companhia não permite qualquer tipo de retaliação.

- Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O Departamento de Integridade é a área responsável pela apuração de denúncias. Eventualmente, a Companhia poderá contratar terceiros para apoio em processo de apuração.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sempre que da Companhia deseja realizar uma associação empresarial, como determinado em procedimento específico, busca-se identificar o eventual histórico de envolvimento da empresa-alvo com corrupção ou outros tipos de condutas ilegais ou antiéticas, os riscos da operação, a existência de controles internos e de estruturas de integridade

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, foram incluídos na lista dos principais riscos a que a Companhia está exposta os riscos decorrentes de fatores externos sobre os quais a Companhia não tem controle, como pandemias, epidemias ou surtos de uma doença infecciosa, eventos climáticos, desastres naturais e provocados pela ação do homem, atos de guerra ou terrorismo, agitação política, e outros fatores, conforme descritos nos itens 4.1.

Adicionalmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos já mencionados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência divulgado no ano anterior. A companhia sempre trabalha com o nível de exposição necessário dentro dos limites estabelecidos pela administração, bem como monitora os riscos constantemente para tomar as ações corretivas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia ainda não possui uma política específica de gerenciamento de riscos publicada, no entanto a Política prevista para publicação ainda em 2021 e irá estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre a Gestão Corporativa de Riscos da Usiminas e suas Unidades de Negócio. Visando orientar sobre o funcionamento dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de governança.

O processo visa estabelecer estratégias para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar potenciais eventos, que possam afetar resultados. Busca administrar os eventos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite a risco da Companhia, possibilitando maior segurança do cumprimento dos seus objetivos;

A gestão de riscos da Usiminas será integrada entre todas as áreas de negócio. Com abordagem dinâmica, estruturada e abrangente, sendo personalizada aos contextos externos e internos e mantendo o envolvimento apropriado dos stakeholders com seus conhecimentos e pontos de vista, antecipando, detectando, reconhecendo e respondendo às mudanças e eventos destes contextos.

A gestão de riscos da Usiminas considerará sempre as melhores informações disponíveis, sendo melhorada continuamente através da obtenção e transmissão de conhecimentos, comunicando seu valor e explicando seu propósito de criação e proteção de valor.

A identificação da exposição da Companhia consiste na verificação de riscos atinentes ao mercado, à sua atividade, ao ambiente jurídico, aos impactos sociais, aos potenciais danos ambientais e de não renovação de licenças regulatórias (incluindo, mas não se limitando às licenças ambientais) e aos riscos políticos. Os riscos identificados pela Companhia estão descritos detalhadamente no item 4.1 deste Formulário de Referência. Os riscos identificados pela Companhia são avaliados e classificados quanto à probabilidade de ocorrência e a magnitude dos impactos decorrentes de sua materialização, permitindo que riscos considerados de maior relevância sejam tratados com prioridade.

Abaixo são descritos os instrumentos que compõem o sistema de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como a sua estrutura organizacional.

Programa de Integridade

No âmbito do sistema de gerenciamento de riscos, o Programa de Integridade da Usiminas figura como o seu principal instrumento para gerenciamento e mitigação de riscos. O Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12.10.2018 e em vigor desde 15.01.2019, consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos que objetivam a criação da cultura de integridade, e que têm como maior objetivo a gestão e prevenção dos riscos nas atividades da Companhia.

O Programa é composto, entre outras regras internas, pelo Código de Ética e Conduta e por seis Políticas. São elas: 1) Política Anticorrupção; 2) Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades; 3) Política de Patrocínios e Doações; 4) Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários; 5) Política Conflito de Interesses e Transações com Parte Relacionadas; e 6) Política Concorrencial. Todos estes documentos estão disponíveis no website de Relações com Investidores da Usiminas (<http://ri.usiminas.com/ptb/programa-de-integridade>). Mais informações sobre o Programa de Integridade da Usiminas estão descritas no item 5.4 deste Formulário de Referência.

Governança Corporativa

Além disso, a Companhia emprega um modelo de Governança Corporativa planejado para buscar geração de valor aos acionistas e demais stakeholders. Trata-se de um modelo baseado em segurança para o investidor, transparência nas ações, controle de gestão e clareza na comunicação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Entre as práticas de governança corporativa, está a manutenção de um conselho fiscal permanente, além de comitês internos de Recursos Humanos e Auditoria, criados em 9 de maio de 2007, pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia também se estrutura para atender às exigências governamentais e de mercado sobre as companhias abertas, preservando e estimulando práticas de transparência.

As ações de governança corporativa da Usiminas ainda incluem:

Prestação de contas seguindo padrões internacionais;

Código de Ética e Conduta para todas as empresas do grupo;

Ativos negociados na B3 (nível I), OTC - Mercado de Balcão (ADR – nível I) e Latibex;

Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários.

Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A execução das atividades de controle de gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia, com base nas normas corporativas aprovadas e amplamente divulgadas pela Companhia, as quais visam a monitorar e a mitigar, tanto quanto possível, riscos relacionados a questões operacionais, financeiras, concorrenciais e de compliance.

De todo modo, para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia possui uma estrutura organizacional implementada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração: como órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia, tem como competência atribuída estatutariamente deliberar sobre a adoção, revogação ou quaisquer alterações, acréscimos ou outras modificações no Código de Ética e de Conduta e demais políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia.

Comitê de Auditoria: entre suas principais atribuições estão as de (i) monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das Políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade; (ii) acompanhar e monitorar as atividades e recomendações da auditoria interna e externa, reportando os resultados ao Conselho de Administração; (iii) assegurar que um sistema de identificação e avaliação dos riscos legais ou regulatórios que possam afetar materialmente a Companhia ou seus negócios esteja implementado e avaliar periodicamente sua adequação; e (iv) avaliar periodicamente a adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e fazer as recomendações de aprimoramento que entender necessárias ao Conselho de Administração. Trata-se de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e que também integra a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, sendo órgão obrigatório pelo Estatuto Social da Companhia. Seus membros podem ser, mas não necessariamente precisam ser, membros do Conselho de Administração.

Departamento de Integridade: é responsável por (i) implementar, revisar e atualizar todas as ações que compõem o Programa de Integridade; (ii) disseminar e viabilizar treinamentos e propor ao Conselho de Administração a revisão e atualização do Código, das normas e das políticas do Programa de Integridade; (iii) realizar análises periódicas de riscos de integridade; (iv) estabelecer controles sobre a conformidade das políticas e das ações de integridade; (v) deliberar sobre aprovações e contratações expressamente previstas neste Código e nas demais políticas do Programa de Integridade; (vi) manifestar-se em eventuais dúvidas, sugestões ou questões sobre o Programa de Integridade; e (vii) gerenciar o Canal Aberto e apurar as denúncias recebidas por tal veículo.

Comitê de Conduta: é responsável por (i) implementar as ações desempenhadas pelo Departamento de Integridade relacionadas a violações ao Código de Ética e a políticas do Programa de Integridade;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

(ii) receber as apurações conduzidas pelo Departamento de Integridade, analisá-las e determinar e aplicar medidas disciplinares e de remediação em face de violações ao Código e às políticas do Programa de Integridade; e (iii) auxiliar e orientar o Departamento de Integridade em deliberações sobre a outorga ou denegação das aprovações expressamente previstas como exigidas por este Código e/ou pelas políticas do Programa de Integridade. O Comitê de Conduta deverá reportar suas atuações, deliberações e determinações ao Comitê de Auditoria.

Gerência-Geral de Auditoria Interna: é responsável por liderar e coordenar com as demais áreas o processo de elaboração dos planos de ação, com objetivo de mitigar os riscos identificados, o que contempla o entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. A Gerência-Geral de Auditoria Interna tem foco prioritariamente preventivo e elabora e segue um Plano Anual de Auditoria com o objetivo de avaliar a estrutura de controles internos, aprimorar práticas de Governança Corporativa e contribuir para a redução dos riscos da Companhia. Além disso, compete a ela avaliar o sistema de controles internos. O resultado do seu trabalho proporcionou melhorias na estrutura de controles internos, aprimoramento das práticas de Governança Corporativa e contribuiu para a implementação de medidas preventivas para a redução dos riscos da Companhia. É subordinada ao Comitê de Auditoria.

Comitê Financeiro: tem por atribuições (i) examinar, discutir e formular a política Financeira e Tributária da Companhia; (ii) assegurar o cumprimento da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e (iii) avaliar os resultados financeiros da Companhia. O Comitê Financeiro se reúne periodicamente e acompanha as posições financeiras e a estrutura de capital da Companhia. É órgão de assessoramento à Diretoria Executiva.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade do sistema de gerenciamento de riscos estão adequados e em processo de melhoria contínua. A Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos, Departamento de Integridade e pela Auditoria Interna no que diz respeito à adequação do seu sistema de gerenciamento de riscos, bem como à prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

Medidas de proteção e mitigação de potenciais danos ao meio ambiente

Especialmente com relação aos potenciais danos ao meio ambiente, a Companhia adota medidas específicas de proteção e mitigação dentre as quais: (a) controle e gerenciamento de passivos ambientais em suas unidades, bem como aplicação de medidas corretivas visando mitigar os riscos e eliminar os passivos ambientais; (b) elaboração de estudos ambientais voltados à delimitação da extensão da degradação ambiental e dos riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente; (c) adoção de controles e mecanismos para detectar falhas operacionais, (d) promoção de suas atividades de forma responsável em todas as localidades em que está presente, almejando o respeito às comunidades e ao meio ambiente e (d) contratação de seguros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os comentários a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da empresa, devido a diversas questões relacionadas aos negócios da companhia, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste formulário de referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras da Companhia auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), aplicáveis às Companhias registradas na Comissão de Valores Mobiliários, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração utiliza métricas de desempenho para avaliar os negócios tais como o EBITDA e a Margem EBITDA, que podem ser analisadas na Seção 3.2 deste formulário de referência e no item 10.1.a. abaixo.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos relativos resultados das operações, ou relativos ao ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2020, o EBITDA Ajustado totalizou R\$3,2 bilhões, um aumento de 60,8% em relação ao ano de 2019 (R\$2,0 bilhões). A receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,4 bilhões, 2,7% inferior ao registrado no ano anterior (R\$12,7 bilhões) em função, principalmente, do menor volume de vendas em 9,3% e parcialmente compensado por uma receita líquida/tonelada vendida de R\$3.322,7/t, 7,2% superior ao ano anterior (2019: R\$3.098,5/t), como reflexo de maiores preços praticados em todas as linhas de produtos. Em 2020, a Mineração Usiminas alcançou, mais uma vez, um recorde anual de vendas com um volume de 8,7 milhões de toneladas, 0,8% superior ao ano de 2019 (8,6 milhões de toneladas), a receita líquida totalizou R\$3,9 bilhões, um aumento de 94,0% em relação a 2019 (R\$2,0 bilhões). Tal elevação ocorreu, principalmente em função dos maiores preços médios internacionais do minério de ferro, que teve cotação média de US\$108,72/t, ante média de US\$93,43/t em 2019, uma elevação de 16,4%; de maiores volumes de exportação em 27,7%, com maior valor agregado, graças

a maior produção da ITM Samambaia e; desvalorização média de 30,7% do real frente ao dólar no período. A margem do EBITDA Ajustado em 2020 atingiu 19,9%, contra 13,2% em 2019. A dívida bruta consolidada no ano de 2020 era de R\$6,0 bilhões, contra R\$5,1 bilhões em 31/12/2019, um aumento de 16,9%. Este aumento está relacionado, principalmente, à desvalorização do real frente ao dólar de 28,9% no ano. A dívida líquida consolidada em 31/12/20, era de R\$1,1 bilhão, uma redução de 65,4% em relação a 31/12/19 (R\$3,2 bilhões). Tal variação decorre, majoritariamente, da elevação da posição de Caixa e Equivalentes de Caixa no período. Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento: (i) em 31/12/20 era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo e (ii) em 31/12/19, de 2% e 98%, respectivamente. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 0,3x, contra 1,6x em 2019.

Em 2019, o EBITDA Ajustado totalizou R\$2,0 bilhões, uma redução de 26,7% em relação ao ano de 2018 (R\$2,7 bilhões). Este resultado decorre principalmente de: (i) menor reconhecimento de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$332 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário); (ii) menor reconhecimento de créditos a receber da Eletrobras em R\$69 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário); (iii) menor volume de vendas de aço no período; parcialmente compensados por: (iv) maiores volumes e preços de venda de minério de ferro; e (v) maiores preços de venda de aço. A margem do EBITDA Ajustado em 2019 atingiu 13,2%, contra 19,6% em 2018. A dívida bruta consolidada no ano de 2019 era de R\$5,1 bilhões, contra R\$5,9 bilhões em 31/12/2018, uma redução de 12,7%. Esta redução deve-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

se principalmente ao pré-pagamento de dívidas junto aos bancos brasileiros (Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.) e aos debenturistas da 6ª Emissão, ocorrido em 23/10/19, com a utilização, principalmente, do montante de R\$751 milhões recebido da Eletrobras em 16/10/19. A dívida líquida consolidada em 31/12/19 era de R\$3,2 bilhões, uma redução de 23,3% em relação a 31/12/18 (R\$4,2 bilhões), em função do pré-pagamento de dívidas (detalhado no parágrafo anterior) e ao maior saldo em Caixa e Equivalentes de Caixa em 13,5% na comparação anual. Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento: (i) em 31/12/19 era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo e (ii) em 31/12/18, de 8% e 92%, respectivamente. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,6x, estável em relação a 2018.

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,7 bilhões, contra R\$2,2 bilhões em 2017, uma elevação de 23,2%, principalmente em função dos maiores preços e volumes de aço e de minério de ferro no período, do reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$418,7 (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e do reconhecimento do valor do principal a receber da Eletrobras em R\$186,0 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A margem do EBITDA Ajustado em 2018 atingiu 19,6%, contra 20,4% em 2017. A dívida consolidada no ano de 2018 era de R\$5,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões no ano de 2017, uma redução de 12,1% principalmente em função do pagamento integral das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. em 2008 (*Eurobonds*) no valor total de US\$400 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), e do pagamento do valor correspondente à totalidade do excedente de caixa (*"cash sweep"*), referentes ao período encerrado em 31/12/2017, no montante total de R\$378,8 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A dívida líquida consolidada em 31/12/2018 era de R\$4,2 bilhões, contra R\$4,3 bilhões em 2017, uma redução de 4,2%. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano de 2018 em 1,6x, contra 2,0x em 2017. Ao final de 2018, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 8% no curto prazo e 92% no longo prazo.

Por outro lado, considerando a capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o GA - giro do ativo (receita líquida / ativo médio) atingiu: 0,59 em 31 de dezembro de 2020, 0,57 em 31 de dezembro de 2019, 0,52 em 31 de dezembro de 2018. Essa melhoria se deve, principalmente, a geração maior de receitas no período.

	2020	2019	2018
Índice de Liquidez Geral (<i>Ativo Total/Passivo Total</i>)	2,28	2,45	2,45
Índice de Liquidez Corrente (<i>Ativo Circulante/Passivo Circulante</i>)	2,64	3,07	2,5
Índice de Liquidez Seca (<i>Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante</i>)	1,77	1,75	1,33
Índice de Liquidez Total (<i>Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido</i>)	0,78	0,69	0,69
Índice de Endividamento - nível de alavancagem (<i>Dívida Líquida/Patrimônio Líquido</i>)	0,1	0,20	0,27

A Companhia possui um nível de alavancagem compatível com sua geração operacional de caixa, que é resultado suficiente para honrar com suas obrigações. É importante destacar que os indicadores de liquidez e endividamento da Companhia são sólidos, destacam melhoria de performance, demonstrando a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam substancialmente seus passivos.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu acréscimo em 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo. Em 2019, houve pequeno decréscimo do passivo total, quando comparado com 2018. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumariada:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de reais			
	2020	2019	2018
Passivo Total	13.113.967	10.771.348	10.826.460
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	4.868.104	1.921.141	1.693.349
Passivo Total Líquido (A)	8.245.863	8.850.207	9.133.111
Patrimônio líquido (B)	16.838.170	15.565.684	15.697.391
Relação (A) / (B)	49%	57%	58%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

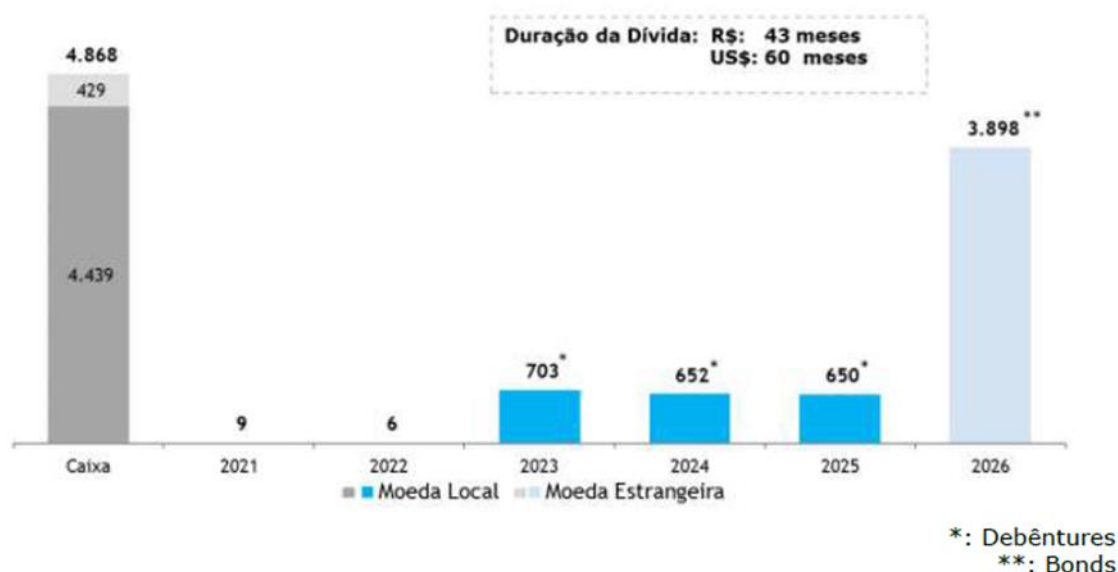
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um caixa de R\$4,9 bilhões. Sua dívida apresenta um prazo médio de 4,3 em 2020 e a concentração da dívida no curto prazo em 2020 permanece no patamar de 2% quando comparada com 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um caixa de R\$1,9 bilhões (R\$1,7 bilhão em 2018 e R\$2,3 bilhões em 2017). Sua dívida apresenta um prazo médio de 4,7 anos em 2019 (3,5 anos em 2018 e 4 anos em 2017). A concentração da dívida no curto prazo em 2019 é de 2% do total da dívida (8% em 2018 e 15% em 2017). Esta composição é resultado da conclusão da nova renegociação da dívida em 2019, compreendendo o encerramento de toda a dívida renegociada em 2016 e a contratação dos *Bonds* e das debêntures. Com isso foram obtidos 7 anos de carência para os *Bonds* e uma média de 5 anos de carência para as debêntures, sendo que dessa forma o pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos, conforme detalhado abaixo.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A..

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A..

Com esta nova renegociação, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Perfil da Dívida – Consolidado 31/12/2020****d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são: geração de caixa operacional; linhas de bancos de desenvolvimento; empréstimos e financiamentos bancários; e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes com o objetivo de mitigar a insuficiência de liquidez.

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de eventuais deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

As Empresas Usiminas possuíam, em 2020, empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$4,0 bilhões (R\$3,1 bilhões em 2019 e R\$5,0 bilhões em 2018) e R\$2,0 bilhões de debêntures (R\$2,0 bilhões em 2019 e R\$890 milhões em 2018).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a nova renegociação ocorrida em 2019, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e FINAME com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia. Os contratos junto ao BNDES foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020, em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$12,1 milhões (R\$18,1 milhões em 2019 e R\$501 milhões em 2018);
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$1,1 bilhão em 2018).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía, em termos consolidados, o saldo devedor de R\$4,0 bilhões (R\$3,1 bilhões em 2019);
- 6ª emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. As referidas debêntures foram encerradas em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$890 milhões em 2018);
- Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Em 31 de dezembro de 2020, em termos consolidados, a Companhia possuía saldo devedor destas operações no montante de R\$2,0 bilhões (R\$2,0 bilhões em 2019);
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA que foram encerrados em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$600 milhões em 2018);
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil que foi encerrado em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor desta operação (R\$2,2 bilhões em 2018);
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco que foi encerrado em 2019 com a nova renegociação. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor desta operação (R\$487 milhões em 2018).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo com instituições financeiras adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Após a reestruturação das dívidas ocorrida em 2019, não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base consolidada:

Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados ainda:

Em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo contrato.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Balanco Patrimonial nos anos 2020, 2019 e 2018 e suas variações**

ATIVO	Em milhares de reais							
	31/12/2020	AV (%) 2020	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Caixa e equivalentes de caixa	3.261.288	11%	1.252.966	5%	1.106.790	4%	160%	13%
Títulos e valores mobiliários	1.606.816	5%	668.175	3%	586.559	2%	140%	14%
Contas a receber de clientes	2.372.791	8%	1.938.440	7%	1.894.291	7%	22%	2%
Estoques	3.889.695	13%	3.795.832	14%	3.880.635	15%	2%	-2%
Impostos a recuperar	477.352	2%	779.545	3%	747.928	3%	-39%	4%
Dividendos a receber	11.686	0%	0	0%	13.562	0%	0%	-100%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	762	0%	347	0%	-100%	120%
Valores a receber Eletrobras	0	0%	305.848	1%	0	0%	-100%	0%
Demais contas a receber	209.974	1%	119.714	0%	94.205	0%	75%	27%
Total do ativo circulante	11.829.602	39%	8.861.282	34%	8.324.317	31%	33%	6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.914.338	10%	3.037.626	12%	2.765.356	10%	-4%	10%
Valores a receber de empresas ligadas	0	0%	1.651	0%	2.342	0%	-100%	-30%
Depósitos judiciais	543.408	2%	543.658	2%	523.557	2%	0%	4%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	6.950	0%	3.553	0%	-100%	96%
Impostos a recuperar	174.004	1%	152.336	1%	454.284	2%	14%	-66%
Valores a receber Eletrobras	0	0%	0	0%	676.023	3%	0%	-100%
Demais contas a receber	663.622	2%	438.576	2%	275.707	1%	51%	59%
Propriedade para Investimentos	164.222	1%	90.202	0%	0	0%	82%	0%
Investimentos em empresas controladas, em conjunto e coligadas	1.058.708	4%	1.053.138	4%	1.088.094	4%	1%	-3%
Imobilizado	11.006.034	37%	11.424.691	43%	11.715.022	44%	-4%	-2%
Intangível	1.598.199	5%	726.922	3%	695.596	3%	120%	5%
Total do ativo não circulante	18.122.535	61%	17.475.750	66%	18.199.534	69%	4%	-4%
TOTAL DO ATIVO	29.952.137	100%	26.337.032	100%	26.523.851	100%	14%	-1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	AV (%) 2020	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	Em milhares de reais	
							Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.917.690	6%	1.518.270	6%	1.133.763	4%	26%	34%
Empréstimos e financiamentos	116.738	0%	96.316	0%	396.799	1%	21%	-76%
Debêntures	19.214	0%	25.017	0%	70.237	0%	-23%	-64%
Adiantamentos de clientes	139.678	0%	57.757	0%	63.484	0%	142%	-9%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	880.711	3%	613.803	2%	965.927	4%	43%	-36%
Salários e encargos sociais	180.757	1%	198.416	1%	205.583	1%	-9%	-3%
Tributos a recolher	164.962	1%	99.597	0%	126.212	0%	66%	-21%
Tributos parcelados	4.380	0%	4.314	0%	4.180	0%	2%	3%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	445.842	1%	15.096	0%	3.299	0%	2853%	358%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	324.728	1%	67.814	0%	202.809	1%	379%	-67%
Demais contas a pagar	284.398	1%	193.338	1%	163.377	1%	47%	18%
Total do passivo circulante	4.479.098	15%	2.889.738	11%	3.335.670	13%	55%	-13%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	3.847.016	13%	3.003.655	11%	4.562.971	17%	28%	-34%
Debêntures	1.985.394	7%	1.981.250	8%	819.783	3%	0%	142%
Valores a pagar a empresas ligadas	80.042	0%	121.838	0%	134.254	1%	-34%	-9%
Provisão para demandas judiciais	799.601	3%	777.386	3%	635.551	2%	3%	22%
Provisão para recuperação ambiental	230.002	1%	231.591	1%	203.707	1%	-1%	14%
Benefícios pós-emprego	1.471.801	5%	1.574.796	6%	1.034.228	4%	-7%	52%
Demais contas a pagar	221.013	1%	191.094	1%	100.296	0%	16%	91%
Total do passivo não circulante	8.634.869	29%	7.881.610	30%	7.490.790	28%	10%	5%
TOTAL DO PASSIVO	13.113.967	44%	10.771.348	41%	10.826.460	41%	22%	-1%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	44%	13.200.295	50%	13.200.295	50%	0%	0%
Reservas de capital	311.366	1%	307.033	1%	309.391	1%	1%	-1%
Reservas de lucros	1.472.967	5%	943.132	4%	766.942	3%	56%	23%
Ajustes de avaliação patrimonial	-117.162	0%	-407.037	-2%	-10.330	0%	-71%	3840%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	14.867.466	50%	14.043.423	53%	14.266.298	54%	6%	-2%
Participação dos acionistas não controladores	1.970.704	7%	1.522.261	6%	1.431.093	5%	29%	6%
Total do patrimônio líquido	16.838.170	56%	15.565.684	59%	15.697.391	59%	8%	-1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.952.137	100%	26.337.032	100%	26.523.851	100%	14%	-1%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

2020 - 2019 COMENTÁRIOS**ATIVO CIRCULANTE**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento de R\$2,9 bilhões no ano de 2020, refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda das operações da Companhia.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$434 milhões, deve-se ao aumento das operações de vendas no período.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Demais contas a receber

O saldo de demais contas a receber apresentou um acréscimo de 51% no comparativo entre os períodos, passando de R\$439 milhões em 2019, para R\$664 milhões em 2020. Esta variação ocorreu principalmente devido ao registro de valores a receber de seguradora, referente ao sinistro do gasômetro em Ipatinga de R\$137 milhões.

Intangível

O Intangível consolidado apresentou aumento de 119,9%, o equivalente a R\$871,3 milhões, principalmente devido à reversão de *impairment* de R\$865,0 milhões referente ao direito minerário em função das mudanças de estimativa de preço futuro de minério de ferro e dólar, além dos maiores investimentos em CAPEX no ano de 2020.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2020, a elevação de 39,9% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$561 milhões em relação a 2019, é decorrente, principalmente, das compras de placas para laminação, bem como pelo do aumento de volumes e preços na aquisição de commodities como minério de ferro e zinco.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2020, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$267 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$843,4 milhões refere-se principalmente a desvalorização do real frente ao dólar em 28,9% no ano de 2020. As debêntures no longo prazo se mantiveram praticamente estáveis, apresentando sensível aumento de R\$4,1 milhões no ano de 2020.

Benefícios pós-emprego

O passivo de benefícios pós-emprego reduziu 7%, correspondente a R\$103 milhões, principalmente devido à renegociação da dívida do Plano PB1 junto à Previdência Usiminas.

2019 - 2018 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$228 milhões no ano de 2019, refere-se, basicamente, a geração de caixa livre oriunda das operações da Companhia.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram um aumento de 10%, correspondente a R\$272 milhões, principalmente devido às movimentações relacionadas ao passivo atuarial.

Demais contas a receber

O saldo de demais contas a receber apresentou um acréscimo de 59% no comparativo entre os períodos, passando de R\$276 milhões em 2018, para R\$439 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente devido ao registro de valores a receber de seguradora, referente ao sinistro do gasômetro em Ipatinga de R\$125 milhões.

Intangível

O Intangível apresentou aumento de 4,5%, o equivalente a R\$31,3 milhões, principalmente devido aos maiores investimentos em CAPEX no ano de 2019 e a reversão de *impairment* de R\$16,7 milhões.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2019, a elevação de 34% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$385 milhões em relação a 2018, é decorrente, principalmente, das compras de placas para laminação, bem como pelo do aumento de volumes e preços na aquisição de *comodities* como minério de ferro e zinco.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2019, redução em títulos a pagar - *forfating* de R\$352 milhões, devido à diminuição nas operações realizadas, como parte da gestão de caixa da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,6 bilhões refere-se principalmente ao encerramento da dívida renegociada em 2016, que totalizava R\$4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2018, contra a emissão da nova dívida oriunda da renegociação de 2019, correspondente, basicamente, aos *Bonds* e que totalizava R\$3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019. A aumento das debêntures no longo prazo em R\$1,2 bilhões refere-se ao encerramento da 6ª emissão, que totalizava R\$819,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, contra a nova dívida correspondente a 7ª emissão, que totalizava R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais cresceu 22% no comparativo entre os períodos, passando de R\$636 milhões em 2018, para R\$777 milhões em 2019. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e cíveis.

Benefícios pós-emprego

O passivo de benefícios pós-emprego aumentou 52%, correspondente a R\$541 milhões, principalmente devido à redução da taxa de desconto, que acompanhou a redução das taxas de juros no mercado brasileiro em 2019. Outra premissa que também influenciou o aumento do passivo de benefícios pós-emprego foi o custo dos juros.

2018 - 2017 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$621 milhões no ano de 2018, refere-se, basicamente, ao efeito líquido do pagamento em 18 de janeiro de 2018 efetuado pela Usiminas Commercial dos *Eurobonds*, que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$339 milhões, deve-se ao aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

Estoques

Aumento no saldo de Estoques em R\$1,1 bilhão em função, principalmente, da elevação de preços de matérias primas, em destaque o carvão e placas adquiridas.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$385 milhões, que representou variação de 106% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável às Empresas Usiminas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram uma redução de 9% principalmente devido à constituição de diferido passivo sobre depreciação fiscal, no valor de R\$356 milhões.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou uma redução de 23% no comparativo entre os períodos, passando de R\$676 milhões em 2017, para R\$524 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à provisão para perda de IR/CSLL (expurgo Plano Verão) e INSS (autônomos) de R\$98 milhões; e levantamento de depósito referente a execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária (INSS) sobre abono único de R\$43 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$399 milhões, que representou variação de 728% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia

Valores a receber Eletrobras

Em 2018, transitou em julgado, com decisão favorável à Companhia, ação judicial que visava receber o valor integral recolhido pela Usiminas junto à Eletrobras a título de empréstimo compulsório. Esse valor, que foi integralmente reconhecido, totalizou R\$676 milhões. Em 2017, não havia registro referente a esse tema nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 9%, o equivalente a R\$1,2 bilhão, principalmente devido a depreciação do período e a perda por *impairment*. Os investimentos em CAPEX no ano de 2018 foram de R\$463 milhões, compensando em parte a citada redução.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2018, a elevação de 16% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$157 milhões em relação a 2017, é decorrente, principalmente, dos gastos relacionados com a aquisição de coque verde de petróleo junto a Petrobrás Distribuidora.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2018, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$491 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisEmpréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$195 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$310 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019. O aumento do dólar em mais de 17% impactou a parcela da dívida correspondente a esta moeda, compensando em parte a citada redução.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$68 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$56 milhões de longo prazo para curto prazo, relativos ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais reduziu 5% no comparativo entre os períodos, passando de R\$669 milhões em 2017, para R\$636 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e reversões tributárias e cíveis.

Demonstrações do resultado dos anos 2020, 2019 e 2018 e suas variações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2020	AV (%) 2020	31/12/2019	AV (%) 2019	31/12/2018	AV (%) 2018	Em milhares de reais	
							Análise Horizontal 2020 x 2019	Análise Horizontal 2019 x 2018
Receita de bens e serviços	16.088.052	100%	14.948.719	100%	13.736.780	100%	8%	9%
Custo dos Bens e Serviços	-12.831.522	-80%	-13.074.129	-87%	-11.521.694	-84%	-2%	13%
Resultado Bruto	3.256.530	20%	1.874.590	13%	2.215.086	16%	74%	-15%
Despesas Receitas operacionais	-328.065	-2%	-922.079	-6%	-1.072.815	-8%	-64%	-14%
Despesas com Vendas	-398.385	-2%	-288.515	-2%	-337.404	-2%	38%	-14%
Despesas Gerais e Administrativas	-426.764	-3%	-426.905	-3%	-440.022	-3%	0%	-3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	337.325	2%	-387.394	-3%	-555.739	-4%	187%	-30%
Resultado de Equivalência Patrimonial	159.759	1%	180.735	1%	260.350	2%	-12%	-31%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	2.928.465	18%	952.511	6%	1.142.271	8%	207%	-17%
Resultado Financeiro	-1.082.492	-7%	-509.839	-3%	93.045	1%	112%	-648%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.845.973	11%	442.672	3%	1.235.316	9%	317%	-64%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-554.230	-3%	-65.981	0%	-406.621	-3%	740%	-84%
Lucro (Prejuízo) líquido do Período	1.291.743	8%	376.691	3%	828.695	6%	243%	-55%

2020 - 2019 COMENTÁRIOSReceita de vendas de bens e serviços

Em 2020, a receita líquida alcançou R\$16,1 bilhões, elevação de 8% em relação a 2019 (R\$14,9 bilhões), representando a maior receita líquida anual da história da Usiminas, principalmente pela elevação da receita líquida na Unidade de Mineração (+R\$1,9 bilhão vs. 2019).

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia.

Custo dos bens ou serviços vendidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo dos produtos vendidos (CPV) em 2020 totalizou R\$12,8 bilhões, uma redução de 2% em relação ao registrado em 2019 (R\$13,1 bilhões).

No ano de 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$13,1 bilhões, elevação de 13,5% quando comparado ao ano de 2018, que foi de R\$11,5 bilhões.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas no ano foram de R\$398 milhões, elevação de 38% em relação ao ano de 2019 (R\$289 milhões), principalmente por maiores provisões para devedores duvidosos na Unidade de Siderurgia e maiores despesas com vendas na Unidade de Mineração.

Em 2019, as despesas com vendas foram de R\$289 milhões, contra R\$337,4 milhões em 2018, uma redução de 14,5%. Esta variação, deve-se principalmente a reversões de provisão para devedores duvidosos registradas em 2019, frente ao registro de provisões para devedores duvidosos em 2018, parcialmente compensados por maiores custos com distribuição associados principalmente ao maior volume de exportação de minério de ferro.

Despesas gerais e administrativas

Em 2020, as Despesas gerais e administrativas totalizaram R\$427 milhões, em linha com o apresentado no ano anterior (2019: R\$427 milhões).

Em 2019, as despesas gerais e administrativas foram de R\$427,0 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao ano de 2018, que foram de R\$440,0 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Outras despesas e receitas operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$337 milhões, R\$724 milhões superior ao registrado em 2019 (R\$387 milhões negativos), principalmente por: (i) registro de R\$731 milhões positivos na rubrica de *impairment* (2019: R\$16 milhões), e que não têm efeito no EBITDA Ajustado e (ii) vendas de ativos, no valor de R\$174 milhões (2019: R\$6 milhões), sendo parcialmente compensado por maiores despesas com ociosidade, que alcançou R\$333 milhões em 2020, R\$56 milhões superiores a 2019 (R\$277 milhões), principalmente relacionados aos equipamentos temporariamente desligados na Unidade de Siderurgia em decorrência da pandemia da COVID-19. Ainda em 2019, foram reconhecidos R\$117 milhões relacionados a processo transitado em julgado do empréstimo compulsório à Eletrobras na Unidade de Siderurgia, sem efeito similar em 2020. Assim, as Receitas (despesas) operacionais foram de R\$488 milhões negativos em 2020 (2019: R\$1,1 bilhão negativo). Outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$387 milhões em 2019 (2018: R\$556 milhões negativas), uma redução de 30,3% principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* registrados em 2019 no montante de R\$16 milhões (2018: R\$473 milhões);
- Redução de R\$87 milhões nas despesas com ociosidade, que totalizaram R\$277 milhões em 2019 (2018: R\$364 milhões), principalmente em função da renegociação do contrato de arrendamento de área de terceiros na Unidade de Mineração e de menor depreciação na Unidade de Siderurgia;
- Menor saldo de provisão para perda de depósitos judiciais em R\$56 milhões. Esta provisão, registrada em 2018, não se repetiu no ano de 2019;
- Melhor resultado na venda de energia elétrica em R\$36 milhões, que foi de R\$48 milhões positivos em 2019 (2018: R\$12 milhões positivos).

Parcialmente compensados por:

- Menor valor de principal de créditos fiscais reconhecido no período em R\$332 milhões, relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide Nota ICMS

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

na base de cálculo do PIS e da COFINS). Em 2019, tais créditos totalizaram R\$87 milhões (2018: R\$419 milhões);

- Menores créditos reconhecidos associados ao empréstimo compulsório à Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$69 milhões. Em 2019, a Companhia reconheceu R\$117 milhões (2018: R\$186 milhões);
 - Maior saldo de provisões para contingências registrado no ano de 2019 em R\$55 milhões. Em 2019, tais provisões totalizaram R\$202 milhões (2018: R\$147 milhões);
 - Menores créditos fiscais relacionados a PIS/COFINS de importação em R\$36 milhões. Este montante foi registrado no ano de 2018, e não houve evento desta natureza em 2019.
- Assim, as receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$1,1 bilhão em 2019 (2018: R\$1,3 bilhão negativas).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2020, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R\$160 milhões, uma redução de 11,6% em relação a 2019 (R\$181 milhões). Esta redução deve-se, principalmente, ao menor resultado da Unigal e MRS Logística no ano de 2020.

Em 2019, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R\$181 milhões, uma redução de 30,6% em relação a 2018 (R\$260 milhões). Esta redução deve-se, principalmente, ao menor resultado da Unigal no ano de 2019.

Resultado financeiro

Em 2020, o resultado financeiro foi de R\$1,1 bilhão negativo, 112% superior ao registrado no ano anterior de R\$510 milhões negativos, principalmente devido as perdas cambiais de R\$765 milhões em 2020, ante perdas de R\$185 milhões em 2019, afetando a parcela em dólar da dívida da Companhia, devido a variação cambial de 28,9% no período. Além disso, foi registrada menor correção sobre créditos da Eletrobras (R\$6 milhões, contra R\$264 milhões em 2019).

Em 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$510 milhões (2018: R\$93 milhões positivo) em função de:

- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$315 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$70 milhões (2018: R\$385 milhões);
- Menor saldo reconhecido como correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$226 milhões. Em 2019, a Companhia registrou R\$264 milhões relacionados ao tema (2018: R\$490 milhões);
- Maiores despesas com comissões sobre financiamentos em função da operação de emissão de títulos representativos de dívida no exterior e da emissão de debêntures ocorridas no ano em R\$109 milhões. Em 2019 tais despesas totalizaram R\$128 milhões (2018: R\$19 milhões);
- Elevação do saldo de correção sobre provisões para demandas judiciais em R\$67 milhões, totalizando R\$177 milhões no ano de 2019 (2018: R\$110 milhões).

2019 - 2018 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões de toneladas em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$13,1 bilhões, elevação de 13,5% quando comparado ao ano de 2018, que foi de R\$11,5 bilhões.

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

Em 2019, as despesas com vendas foram de R\$289 milhões, contra R\$337,4 milhões em 2018, uma redução de 14,5%. Esta variação, deve-se principalmente a reversões de provisão para devedores duvidosos registradas em 2019, frente ao registro de provisões para devedores duvidosos em 2018, parcialmente compensados por maiores custos com distribuição associados principalmente ao maior volume de exportação de minério de ferro.

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2019, as despesas gerais e administrativas foram de R\$427,0 milhões, uma redução de 3,0% em relação ao ano de 2018, que foram de R\$440,0 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$387 milhões em 2019 (2018: R\$556 milhões negativas), uma redução de 30,3% principalmente em função de:

- Efeitos de *impairment* registrados em 2019 no montante de R\$16 milhões (2018: R\$473 milhões);
- Redução de R\$87 milhões nas despesas com ociosidade, que totalizaram R\$277 milhões em 2019 (2018: R\$364 milhões), principalmente em função da renegociação do contrato de arrendamento de área de terceiros na Unidade de Mineração e de menor depreciação na Unidade de Siderurgia;
- Menor saldo de provisão para perda de depósitos judiciais em R\$56 milhões. Esta provisão, registrada em 2018, não se repetiu no ano de 2019;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Melhor resultado na venda de energia elétrica em R\$36 milhões, que foi de R\$48 milhões positivos em 2019 (2018: R\$12 milhões positivos).

Parcialmente compensados por:

- Menor valor de principal de créditos fiscais reconhecido no período em R\$332 milhões, relativo à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide Nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS). Em 2019, tais créditos totalizaram R\$87 milhões (2018: R\$419 milhões);
- Menores créditos reconhecidos associados ao empréstimo compulsório à Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$69 milhões. Em 2019, a Companhia reconheceu R\$117 milhões (2018: R\$186 milhões);
- Maior saldo de provisões para contingências registrado no ano de 2019 em R\$55 milhões. Em 2019, tais provisões totalizaram R\$202 milhões (2018: R\$147 milhões);
- Menores créditos fiscais relacionados a PIS/COFINS de importação em R\$36 milhões. Este montante foi registrado no ano de 2018, e não houve evento desta natureza em 2019.

Assim, as receitas (despesas) operacionais líquidas foram negativas em R\$1,1 bilhão em 2019 (2018: R\$1,3 bilhão negativas).

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobras, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019, o resultado financeiro foi negativo em R\$510 milhões (2018: R\$93 milhões positivo) em função de:

- Menor valor reconhecido como juros relativos ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS) em R\$315 milhões. Em 2019 tal evento totalizou R\$70 milhões (2018: R\$385 milhões);
- Menor saldo reconhecido como correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras (vide nota Empréstimo compulsório – Eletrobras) em R\$226 milhões. Em 2019, a Companhia registrou R\$264 milhões relacionados ao tema (2018: R\$490 milhões);
- Maiores despesas com comissões sobre financiamentos em função da operação de emissão de títulos representativos de dívida no exterior e da emissão de debêntures ocorridas no ano em R\$109 milhões. Em 2019 tais despesas totalizaram R\$128 milhões (2018: R\$19 milhões);
- Elevação do saldo de correção sobre provisões para demandas judiciais em R\$67 milhões, totalizando R\$177 milhões no ano de 2019 (2018: R\$110 milhões).

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

2018 - 2017 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas e receitas operacionais

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/COFINS de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;
- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobras, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas totalizou R\$260,4 milhões, contra R\$154,9 milhões no ano de 2017, principalmente em função da maior contribuição da Unigal e da MRS Logística e do menor impacto do resultado negativo da Codeme.

Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobras no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.;
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A.;
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

Em 2020, a receita líquida totalizou R\$16,1 bilhões, uma elevação de 8% em relação ao ano de 2019 (R\$14,9 bilhões), representando a maior receita líquida anual da história da Usiminas em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia. A distribuição desta receita foi de 89% no mercado interno e 11% no mercado externo.

Em 2020, a Receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,4 bilhões, 2,7% inferior ao registrado no ano anterior (R\$12,7 bilhões) em função, principalmente, do menor volume de vendas em 9,3% e parcialmente compensado por uma receita líquida/tonelada vendida de R\$3.322,7/t, 7,2% superior ao ano anterior (2019: R\$3.098,5/t), como reflexo de maiores preços praticados em todas as linhas de produtos. O *cash cost* por tonelada em 2020 foi de R\$2.629/t, superior em 10,3% em relação à 2019 (R\$2.384/t). Dentre as principais variações no período, destacam-se os maiores custos com placas adquiridas, principalmente pelo maior preço e maior participação das placas no mix de produção e maior custo com minério de ferro, refletindo o aumento de 16,4% no preço médio internacional e a valorização média do dólar frente ao real de 30,7%, em parte compensado por menores custos com carvão e coque, pelo menor custo médio do carvão utilizado e em função do mix de produção.

Na Unidade Mineração a receita líquida totalizou R\$3,9 bilhões, um aumento de 94,0% em relação a 2019 (R\$2,0 bilhões). Tal elevação ocorreu, principalmente: (i) em função dos maiores preços médios internacionais do minério de ferro, que teve cotação média de US\$108,72/t, ante média de US\$93,43/t em 2019, uma elevação de 16,4%; (ii) maiores volumes de exportação em 27,7%, com maior valor agregado, graças a maior produção da ITM Samambaia e; (iii) desvalorização média de 30,7% do real frente ao dólar no período. No ano de 2020, o *cash cost* de produção total por tonelada foi de R\$69,7/t, um aumento de 8,2% em relação a 2019 (R\$64,5/t). Excluindo-se as despesas com plantas de beneficiamento temporariamente inativas, o *cash cost* por tonelada foi de R\$67,9/t em 2020 (R\$60,2/t no 2019), um aumento de 12,7% entre os períodos, relacionado principalmente a maiores custos atrelados ao dólar e reajustes nos contratos de serviços atrelados à inflação.

Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida totalizou R\$3,8 bilhões, uma elevação de 3,0% em relação à 2019 (R\$3,3 bilhões), devido aos maiores preços praticados ao longo do ano, apesar de redução de 8,9% nos volumes vendidos, pelo impacto da pandemia da Covid-19, principalmente no 2T20.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital totalizou R\$248 milhões, inferior em 39,7% quando comparada a 2019 (R\$412 milhões), refletindo o redirecionamento estratégico da empresa para prestar somente serviços de Montagem/Manutenção para a Usiminas e suas controladas. Cabe ressaltar que a Empresa mantém o compromisso com todos os clientes que possuem projetos em andamento, que serão concluídos e entregues como acordado.

Em 2019, a receita líquida totalizou R\$14,9 bilhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2018 (R\$13,7 bilhões), em função principalmente de maiores volumes e preços de venda na Unidade de Mineração e maiores preços praticados na Unidade de Siderurgia. A distribuição desta receita foi de 82% no mercado interno e 18% no mercado externo.

No ano de 2019, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,7 bilhões, em linha com o resultado apresentado em 2018 (R\$12,6 bilhões). Em 2019, o *cash cost* por tonelada foi de R\$2.267/t, uma elevação de 9,9% em relação a 2018 (R\$2.063/t), principalmente devido a: (i) maiores custos com minério de ferro e pelotas, devido ao forte movimento de aumento de preços dessas *commodities* e valorização do dólar frente ao real no período; (ii) maior custo com carvão e coque, principalmente devido à valorização dessa matéria-prima no mercado internacional; parcialmente compensados por: (iii) menor custo com placa adquirida.

Na Unidade Mineração a receita líquida totalizou R\$2,0 bilhões em 2019, uma elevação de 83,3% em relação ao ano de 2018 (R\$1,1 bilhão), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos, além da desvalorização do Real frente ao dólar no período. No ano de 2019, o *cash cost* por tonelada foi de R\$64,5/t, um aumento de 6,0% em relação a 2018 (R\$60,8/t), relacionado principalmente a maiores custos com matéria-prima utilizada nas plantas.

Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida alcançou R\$3,7 bilhões, uma elevação de 15,2% em relação ao ano de 2018 (R\$3,2 bilhões), devido, principalmente, aos maiores volumes e preços de venda.

Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital totalizou R\$412 milhões, uma elevação de 16,8% em relação ao ano de 2018 (R\$353 milhões), refletindo o crescimento nos segmentos de Montagens Industriais e Equipamentos.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 83% no mercado interno e 17% no mercado externo.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No ano de 2018, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,6 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2017, uma elevação de 26,0% principalmente em função de melhores preços no mercado interno e externo e de maiores volumes no mercado interno.

Na Unidade de Mineração, totalizou R\$1,1 bilhão, uma elevação de 106,8% em relação à de 2017, que foi de R\$524,8 milhões, principalmente devido ao maior volume de vendas em 76,1%, destacando-se a retomada das exportações, e os melhores preços no mercado internacional. No ano de 2018, o *cash cost* por tonelada foi de R\$60,8/t, contra R\$58,9/t no ano de 2017, uma elevação de 3,2%, principalmente em função de maiores custos de mão-de-obra, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível.

Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi R\$3,2 bilhões, 29,7% superior à de 2017, que foi de R\$2,5 bilhões, devido principalmente ao maior preço médio em aproximadamente 16,8% no período e maiores volumes de venda e serviços.

Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital foi de R\$352,7 milhões, contra R\$287,6 milhões em 2017, uma elevação de 22,6%, em função do crescimento no segmento de Vagões Ferroviários.

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios

	R\$ milhões	Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de Capital	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2020	Receita Líquida de:	12.371	3.858	3.844	248	(4.233)	16.088
	Mercado Interno	11.112	796	3.842	248	(4.233)	11.765
	Mercado Externo	1.259	3.062	2	-	-	4.323
2019	Receita Líquida de:	12.719	1.989	3.731	412	(3.902)	14.949
	Mercado Interno	11.443	607	3.730	412	(3.902)	12.290
	Mercado Externo	1.276	1.382	1	-	-	2.659
2018	Receita Líquida de:	12.570	1.085	3.238	353	(3.509)	13.737
	Mercado Interno	10.935	385	3.238	353	(3.509)	11.402
	Mercado Externo	1.635	700	-	-	-	2.335

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Volumes de vendas

Indicadores	2020	AV (%) 2020	2019	AV (%) 2019	2018	AV (%) 2018	Var. 2020/2019	Var. 2019/2018
Vendas físicas de aço (t mil)	3.723	100%	4.105	100%	4.198	100%	-9%	-2%
Mercado Interno	3.302	89%	3.681	90%	3.650	87%	-10%	1%
Mercado Externo	421	11%	424	10%	548	13%	-1%	-23%
Vendas de minério (t mil)	8.683	100%	8.616	100%	6.474	100%	1%	33%
Mercado Interno - Para Terceiros	606	7%	1.800	21%	759	12%	-66%	137%
Mercado Externo	5.916	68%	4.631	54%	3.274	50%	28%	41%
Mercado Interno - Usiminas	2.161	25%	2.185	25%	2.441	38%	1%	-10%

Em 2020, o volume total de vendas alcançou 3,7 milhões de toneladas, uma redução de 9% em relação ao ano de 2019, que foi de 4,1 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,3 milhões de toneladas, uma redução de 10% em relação ao ano de 2019, que foi de 3,7 milhões de toneladas. No mercado externo, as vendas totalizaram 421 mil toneladas, estável ao comparar com a venda de 424 mil toneladas em 2019. O volume de vendas foi 89% destinado ao mercado interno e 11% às exportações em 2020. Na Unidade de Mineração, em 2020, o volume de vendas totalizou

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

8,7 milhões de toneladas, praticamente estável, ao se comparar com o volume de vendas de 8,6 milhões de toneladas em 2019.

Em 2019, o volume total de vendas alcançou 4,1 milhões de toneladas, uma redução de 2,3% em relação ao ano de 2018, que foi de 4,2 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, estável ao comparar com os 3,7 milhões de toneladas em 2018. No mercado externo as vendas totalizaram 424 mil toneladas, uma redução de 22,6% em relação ao ano de 2018, que foi de 548 mil toneladas. O volume de vendas foi 90% destinado ao mercado interno e 10% às exportações em 2019. Na Unidade de Mineração, em 2019, o volume de vendas totalizou 8,6 milhões de toneladas em 2019, contra 6,5 milhões de toneladas em 2018, uma elevação de 33,1% principalmente devido ao maior volume das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

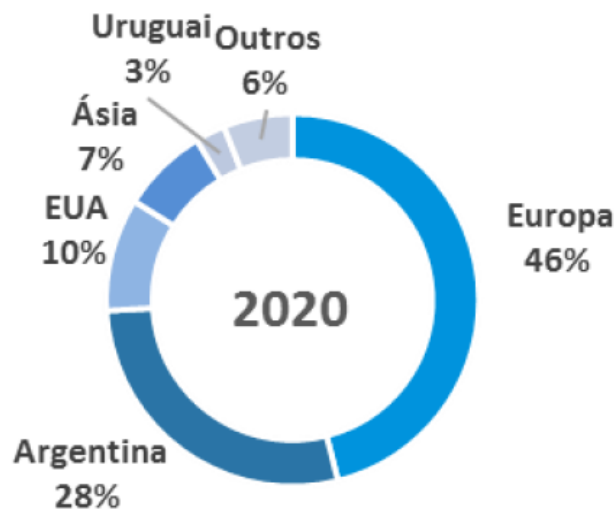
Em 2018, o volume total de vendas alcançou 4,2 milhões de toneladas, uma elevação de 4,3% em relação ao ano de 2017, que foi de 4,0 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, contra 3,4 milhões de toneladas em 2017, um aumento de 6,1%. No mercado externo as vendas totalizaram 549 mil toneladas, uma redução de 6,2% em relação ao ano de 2017, que foi de 585 mil toneladas. O volume de vendas foi 87% destinado ao mercado interno e 13% às exportações em 2018. Na Unidade de Mineração, em 2018, o volume de vendas totalizou 6,5 milhões de toneladas em 2018, contra 3,7 milhões de toneladas em 2017, uma elevação de 76,1% principalmente devido à retomada das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

A seguir, o volume de vendas da Siderurgia em 2020, 2019 e 2018:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2020		2019		2018		Var. 2020/2019	Var. 2019/2018
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	3.723	100%	4.105	100%	4.198	100%	-9%	-2%
Chapas Grossas	365	10%	453	11%	467	11%	-19%	-3%
Laminados a Quente	1.195	32%	1.245	30%	1.273	30%	-4%	-2%
Laminados a Frio	1.060	28%	1.236	31%	1.341	32%	-14%	-8%
Galvanizados	1.025	28%	1.107	27%	1.086	26%	-7%	2%
Produtos Processados	0	0%	3	0%	4	0%	-100%	-25%
Placas	78	2%	61	1%	27	1%	28%	126%

Os principais destinos das exportações em 2020 foram:



Vendas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No ano de 2020, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,4 bilhões, queda de 3% com o resultado apresentado em 2019 (R\$12,7 bilhões). Em 2020, as vendas totais atingiram 3,7 milhões de toneladas de aço, uma redução de 9,3% em relação ao ano de 2019 (4,1 milhões de toneladas). No mercado interno, as vendas foram de 3,3 milhões de toneladas em 2020, queda de 10,3% em relação ao ano anterior. As vendas para o mercado externo atingiram 421 mil toneladas, inferiores em 0,8% em relação a 2019 (424 mil toneladas). O volume de vendas foi 89% destinado ao mercado interno e 11% às exportações em 2020. No Segmento Mineração em 2020, a receita líquida totalizou R\$3,9 bilhões, uma elevação de 94% em relação ao ano de 2019 (R\$2,0 bilhões), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos. O volume de vendas totalizou 8,7 milhões de toneladas em 2020, aumento de 0,8% em relação ao ano de 2019 (8,6 milhões de toneladas), representando, mais uma vez, o recorde anual de vendas de minério de ferro, também associada à retomada da Planta Samambaia.

No ano de 2019, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,7 bilhões, em linha com o resultado apresentado em 2018 (R\$12,6 bilhões). As vendas totais atingiram 4,1 milhões de toneladas de aço, uma redução de 2,2% em relação ao ano de 2018 (4,2 milhões de toneladas). No mercado interno, as vendas foram de 3,7 milhões de toneladas em 2019, estáveis em relação ao ano anterior. As vendas para o mercado externo atingiram 424 mil toneladas, inferiores em 22,5% em relação a 2018 (548 mil toneladas). O volume de vendas foi 90% destinado ao mercado interno e 10% às exportações em 2019. No Segmento Mineração em 2019, a receita líquida totalizou R\$2,0 bilhões, uma elevação de 83,3% em relação ao ano de 2018 (R\$1,1 bilhão), principalmente em função dos maiores preços e volumes vendidos, além da desvalorização do Real frente ao dólar no período. O volume de vendas totalizou 8,6 milhões de toneladas em 2019, uma elevação de 33,1% em relação ao ano de 2018 (6,5 milhões de toneladas), representando o recorde de vendas de minério de ferro, também associada à retomada da Planta Samambaia.

No ano de 2018, o preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma elevação em relação a 2017. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,8% na comparação com 2017, sendo uma elevação de 19,4% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 29,7% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2018 foi 17,4% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2017, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$69,5/t em 2016, contra US\$72,3/t em 2017, uma redução 2,6%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

O custo dos produtos vendidos - CPV em 2020 totalizou R\$12,8 bilhões, uma redução de 2% em relação ao registrado em 2019 (R\$13,1 bilhões). O custo dos produtos vendidos - CPV da unidade de Siderurgia foi de R\$11,5 bilhões em 2020, 2,5% inferior em relação ao ano anterior (2019: R\$11,8 bilhões), dado o menor volume de aço vendido no período. Em 2020 o CPV por tonelada foi de R\$3.083/t, um aumento de 7,5% em relação a 2019 (R\$2.868/t), principalmente devido ao maior custo de produção unitário no período. Na Mineração, o custo dos produtos vendidos - CPV totalizou R\$1,5 bilhão em 2020, 29,5% superior ao de 2019 (R\$1,1 bilhão). Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$170,7/t, um aumento de 28,5% em comparação a 2019 (R\$132,8/t), em função do maior volume de vendas para a exportação em 27,7%.

O Custo dos Produtos Vendidos – CPV para a Unidade Siderurgia foi de R\$11,8 bilhões em 2019, uma elevação de 11,0% em relação a 2018 (R\$10,6 bilhões). O CPV por tonelada foi de R\$2.868/t em 2019, um aumento de 13,5% em relação a 2018 (R\$2.526/t), principalmente devido ao aumento dos custos com matérias-primas, destacando-se minério de ferro e carvão. Na Unidade Mineração o custo do produto vendido – CPV totalizou R\$1,1 bilhão em 2019, 52,8% superior ao de 2018 (R\$749 milhões), em função do aumento do volume de vendas no ano. Em termos unitários, o CPV/t foi de R\$132,6/t, um aumento de 14,9% em comparação a 2018 (R\$115,4/t), em função do aumento das vendas na modalidade CFR (*Cost and Freight*).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O Custo de venda para a Unidade de Siderurgia em 2018 foi de R\$10,6 bilhões em 2018, contra R\$8,5 bilhões em 2017, uma elevação de 24,9%. O CPV por tonelada foi de R\$2.526/t em 2018, um aumento de 19,8% em relação a 2017, que foi de R\$2.109/t, principalmente devido ao aumento dos custos com matérias primas, destacando-se placas adquiridas, carvão e minério de ferro. Na Unidade da Mineração, o custo do produto vendido em 2018 foi de R\$748,8 milhões, contra R\$342,9 milhões em 2017, uma elevação de 118,4%, principalmente relacionado aos maiores volumes de vendas e fretes associados à exportação.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	397.051	209.017	170.717
Títulos e valores mobiliários	32.120	16.352	9.036
Contas a receber	262.589	142.974	342.424
Adiantamentos a fornecedores	1.364	955	4.407
Ativos em moeda estrangeira	693.124	369.298	526.584
Empréstimos e financiamentos	(3.944.010)	(3.028.744)	(1.272.702)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(618.415)	(369.244)	(361.804)
Adiantamento de clientes	(20.074)	(8.814)	(17.480)
Demais contas a pagar	(2.787)	(1.900)	(23.756)
Passivos em moeda estrangeira	(4.585.286)	(3.408.702)	(1.675.742)
Exposição líquida	(3.892.162)	(3.039.404)	(1.149.158)

A variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou perdas de R\$764,6 milhões em 2020, R\$185,2 milhões em 2019, R\$163,4 milhões em 2018.

Variação da taxa de juros

Durante os anos de 2020, 2019 e 2018, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em real (R\$) e dólar (USD) dos Estados Unidos. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2020	%	2019	%	2018	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	3.963.754	66	3.054.782	60	35.127	1
TJLP	-	-	-	-	336.902	6
Libor	-	-	-	-	1.133.228	19
CDI	-	-	-	-	3.324.139	57
Outras	-	-	45.189	1	130.374	2
Total Empréstimos e financiamentos	3.963.754	66	3.099.971	61	4.959.770	85
Debêntures						
CDI	2.004.608	34	2.006.267	39	890.020	15
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.968.362	100	5.106.238	100	5.849.790	100

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2020, 2019 e 2018, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram o seu resultado negativamente em R\$279 milhões, R\$366 milhões e R\$390 milhões, respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2020	2019	2018
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	38.631	20.256	46.575
Correção monetária dos depósitos judiciais	7.728	8.322	14.922
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(50.322)	(88.294)	(128.823)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(764.555)	(185.168)	(163.395)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Administração da Companhia faz a gestão do negócio através de 4 unidades de negócios: Siderurgia, Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nesta composição nos últimos 3 exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos últimos 3 exercícios sociais.

c) Eventos ou operações não usuais

2020

Não houve eventos ou operações não usuais relevantes que impactaram as demonstrações financeiras.

2019

i. Renegociação das dívidas

Em 11 de julho de 2019, a Companhia concluiu a precificação dos títulos representativos de dívida emitidos por sua subsidiária integral Usiminas International S.à r.l. no mercado internacional, no montante de US\$ 750 milhões, com cupom (juros) de 5,875% a.a., a serem pagos semestralmente, definidos a um preço de emissão de 98,594% do montante principal, com taxa de rendimento (*yield*) de 6,125% a.a. e vencimento em 18 de julho de 2026. Com os recursos desta emissão, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos credores japoneses, bem como o pré-pagamento parcial de sua dívida junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia concluiu a operação da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de setembro de 2019. Esta Emissão, referente a 2.000.000 (dois milhões) de debêntures e que totalizou R\$2 bilhões, possui juros remuneratórios semestrais correspondentes a CDI + 1,7% a.a. para as debêntures da 1ª série, no montante de R\$700.000, cujo vencimento será em 30 de setembro de 2023; e CDI + 2,1% a.a. para as debêntures da 2ª série, no montante de R\$1.300.000, cujos vencimentos ocorrerão em 30 de setembro de 2024 e em 30 de setembro de 2025, sendo pagos 50% em cada amortização. Com os recursos desta operação, a Companhia realizou o pré-pagamento integral de sua dívida remanescente junto aos debenturistas e aos bancos brasileiros Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

2018

i. Renegociação das dívidas

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida ("*Eurobonds*") originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US\$400 milhões aos detentores destes *Eurobonds*. Deste montante, cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2020

Em 2020, não entrou em vigor nenhuma nova norma contábil.

2019

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a Norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Norma IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuaram a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia reconheceu, a partir de 2019, novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, conforme descrito nas Notas 16 e 24. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou, uma vez que a Companhia passou a reconhecer uma depreciação dos ativos de direito de uso e uma despesa financeira sobre as obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia adotou alguns expedientes práticos trazidos por esta nova norma na avaliação e mensuração dos seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, relacionados principalmente a prazo, valor e taxa de desconto. Os elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não foram considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado um ativo de direito de uso no montante R\$129.410, um passivo circulante de arrendamento de R\$33.328 e um passivo não circulante de arrendamento de R\$75.942. A Companhia adotou esta norma em 1º de janeiro de 2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

(i) Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

(ii) Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir *inputs* e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de *outputs*; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de *outputs*, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11 milhões em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, exceto pelas novas normas adotadas descritas no item (a) acima.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não apresentaram ressalvas e/ou ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados pelos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2020 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 5 de dezembro de 2017.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores, no ano de 2020, Vallourec, Bemisa e Vale. Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2020 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$200 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e spot de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2020, correspondente a aproximadamente 1,94 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2020. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2020, destacam-se Petrobrás Distribuidora, Blackhawk, Contura, Jellinbah (Lake Vermont), Xcoal e Warrior responsáveis por aproximadamente 80% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2020, o montante total estimado aproximado para as compras de carvão mineral somaram R\$752 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$228 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em 2020, a Usiminas comprou 6kt de coque metalúrgico colombiano para teste em escala industrial no valor de R\$6,3milhões.

*Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e sem encargos financeiros, cambio R\$5,16 (média 2020).

***valor coque metalúrgico CFR Praia Mole, sem impostos e encargos financeiros, cambio R\$4,88 (média mês do embarque março2020).

Contratos de Fornecimento de Energia

Em 2020 a Usiminas iniciou um novo ciclo de contratos de energia elétrica para a Usina de Ipatinga, marcado pela diversificação dos fornecedores. Os novos contratos de fornecimento de energia possuem diferentes vigências e contra partes, colocando a companhia em um cenário de aproximadamente 90% (em torno de 155 MW médios) para o consumo previsto até 2023. De 2024 até 2026 foram contratados outros 50 MW médios. Os principais fornecedores são Engie, CTG, AES, CEMIG e Statkraft. Os contratos têm take or pay de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia. Para o período de 2017 a 2030, foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão. Esses contratos perfazem cerca de R\$2,1 bilhões para o período de 01/01/2020 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/2019 até 31/05/2020 com a previsão de fornecimento de 250.000 m³/dia de gás natural e desde o encerramento são feitos contratos curtos para cobertura do suprimento. Em 2020 foram gastos R\$93 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra contratos de compra de gás spot para consumos acima do contratado. Em 2020 foram desembolsados R\$295 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Companhia possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas, sendo os mais significativos os contratos de plantas *on-site*.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em abril de 1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é dezembro de 2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da White Martins Gases e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à White Martins Gases por R\$70 milhões. Transação ocorrida em 2016. Para a planta de Cubatão, atualmente a Usiminas possui apenas um contrato de fornecimento de gases para a produção de aço. O contrato foi assinado em julho/2009 e tem vigência de 23 anos (até junho/2032). O valor contratual estimado para este contrato é de R\$697 milhões.

Até 2018 havia, ainda, um contrato com fornecimento de gases exclusivo para os altos-fornos, porém, com a paralisação das áreas primárias este contrato foi encerrado antecipadamente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em Cubatão temos um contrato vigente para fornecimento de hidrogênio líquido para a Laminação a Frio com data de vigência até janeiro/2022. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$8,5 milhões. O fornecimento ocorre por meio de carretas.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. A partir de 2021 esse fornecimento foi licitado de forma que a empresa vencedora foi a White Martins Gases para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$22 milhões considerando todas as empresas do grupo.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão, em São Paulo, e os Terminais Portuários, no Rio de Janeiro, com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado o montante de R\$184,1 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2019 este valor equivale à R\$153,4 milhões, em 31 de dezembro de 2020, devido à antecipações de pagamentos de parceladas, este valor equivale à R\$80,0 milhões.

iv. Contratos de construção não terminada**MRS**

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$47,0 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

As despesas do contrato de arrendamento operacional anteriormente mencionado (MBL) são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato e de acordo com o volume extraído.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Informações mencionadas anteriormente no item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2020 foi de R\$799 milhões frente ao montante de R\$690 milhões em 2019.

Na Usiminas foram concluídos 26 projetos industriais destinados, principalmente, a manutenção da capacidade produtiva, segurança do trabalho e meio ambiente.

Encontra-se em andamento 97 projetos nas áreas industriais. Destes projetos 44% referem a projetos de *sustaining* e 48% a projetos relativos à segurança, meio ambiente e *compliance*.

Os principais projetos concluídos foram:

USINA DE IPATINGA

Otimização da Produção e Redução de Custo

- Aumento da Produtividade e Geração de BFG dos altos-fornos 1 e 2 (UIP2UP1001). Início de operação: setembro/2020;
- Aciaria 2 - Refino Secundário - Injeção de fios no RH3 (UIP2AR2001). Início de operação: setembro/2020;
- Adequação da rede de BFG para atendimento a CTE1 (UIP2US1001). Início de operação: dezembro/2020.

Sustaining

- Lingotamento Contínuo 1, 2 e 3 - Substituição de Vigas do Galpão da Ala EF (UIP3AL0003). Início de operação: fevereiro/2020.
- PLTCM - Substituição sistema controle/supervisão da Decapagem (UIP3FL2001). Início de operação: fevereiro/2020.
- Substituição da Ponte Rolante F20 - Laminação de Tiras a Quente (UIP3QQ3001). Início de operação: fevereiro/2020.
- Substituição do Sistema de Controle Operacional e de Otimização dos altos-fornos da Usina de Ipatinga (UIP3RF0003). Início de operação: março/2020.
- Instalação Flare Emergencial (UIP3US1002). Início de operação: maio/2020.
- Adequação do Sistema de BFG da Coqueria 3 (UIP3RC3002). Início de operação: junho/2020.
- Substituição das Máquinas de Oxi-corte e Plasma da área de Off-line da LCG (UIP3QC0001). Início de operação: novembro/2020.

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Redução de Riscos Extremos de Equipamentos Conforme NR-12 - Fase 1 (UIP4OO1001). Início de operação: março/2020.
- Redução de Riscos Muito Alto de Equipamentos (Correias Transportadoras) – NR12 – Etapa 2 (UIP4KG0001). Início de operação: abril/2020.
- Adaptação do Controle de Demanda de Energia Elétrica às Resoluções Normativas do ONS e da ANEEL (UIP4UL0004). Início de operação: maio/2020.
- Conversor - Construção de Vestiário (UIP4AV0004). Início de operação: agosto/2020.
- Instalação Detectores Fixos de Gases nas Áreas dos Fornos de Reaquecimento LCG (UIP4QC2002). Início de operação: agosto/2020.
- Sala de Monitoramento Ambiental (UIP4BG0005). Início de operação: outubro/2020.
- Adequação do Sistema de Aspersão do Sistema de Envio (sistema E), Pátios de Minério e Carvão-Canhões (UIP4RS0005). Início de operação: outubro/2020.
- Sinterização 3 - Adequação da Sala Elétrica 1º e 2º piso (UIP4RS3001). Início de operação: novembro/2020.
- Pátio Transportadoras - Cobertura para Plataforma de Preparação de Veículos (UIP4LR0001). Início de operação: dezembro/2020.
- Qualidade – Centralização dos Laboratórios Químicos das Aciarias 1 e 2 - Etapa 1 (UIP4DG0001). Início de operação: dezembro/2020.
-
- SEG - Identificação de Vazamento de Gases Tóxicos (UIP4KG0003). Início de operação: dezembro/2020.
- Energia - Adequação da Sala Elétrica da Casa de Bombas nº2 (UIP4UA0001). Início de operação: dezembro/2020.

Outros Investimentos

- P&D - Aquisição de Roll Coater Piloto (UIP5PG0002). Início de operação: dezembro/2020;

USINA DE CUBATÃO

Sustaining

- Linha de Inspeção 2 - Atualização Tecnológica dos Sistemas de Automação - FASE 2 (UCB3FE1001). Início de operação: maio/2020.

Compliance, Meio Ambiente, Saúde e Segurança

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão - 3ª Etapa (UCB4UL0002). Início de operação: dezembro/2020.

Outros Investimentos

- Arquivo Técnico de Cubatão (UCB5EI0001). Início de operação: fevereiro/2020.

Os investimentos previstos para o ano de 2021, conforme o plano de negócios da Companhia foca na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma dos altos-fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2020 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2020 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

- Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a quente, laminados a frio e revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de aços estruturais para a construção civil e fabricação de estruturas offshore.
- Desenvolvimento de aços para os setores de tubos de grande diâmetro, construção naval e de máquinas e equipamentos, juntamente com sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de engenharia de aplicação de aço para conformação a quente.
- Desenvolvimento de aços para atender a requisitos de expansão de furo demandados pelos setores automotivo e de autopeças, juntamente com sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de engenharia de aplicação de aços produzidos por laminação controlada seguida de resfriamento acelerado para aplicações offshore e torres eólicas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Desenvolvimento de aços API expostos a ambiente sour e da engenharia de aplicação desses produtos.
- Desenvolvimento de aços com elevada resistência ao desgaste, juntamente com sua engenharia de aplicação.
- Desenvolvimento de nova concepção de liga para aços elétricos semiprocessado de alto desempenho para os setores de utilidades domésticas e eletro-eletrônico.
- Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, a Companhia investiu aproximadamente R\$7,37 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida por sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados às necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2020 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a frio

Aço USICORE500: As propriedades magnéticas do aço USICORE500 semiprocessado de grãos não orientados são otimizadas durante o tratamento térmico feito pelos clientes, o que reduz a perda magnética e melhora a permeabilidade. Esse aço apresenta excelente planicidade e homogeneidade dimensional, principalmente na condição de fornecimento de borda aparada, características necessárias para o funcionamento das tiras. Ele é fornecido para aplicações eletromagnéticas em pequenos núcleos de motores industriais, eletrodomésticos, transformadores e compressores herméticos para refrigeração.

Laminados a Quente

Aço RAVUR 400 HR: Aço resistente à abrasão da classe de 400 HV₁₀ de dureza superficial, que oferece simultaneamente resistência ao desgaste abrasivo, excelente capacidade de conformação a frio, boa soldabilidade e tenacidade a baixas temperaturas, sendo uma solução diferenciada quando se requer durabilidade e resistência ao impacto.

Aço USILN 1000 MC: Aço avançado de alta resistência, desenvolvido para atender a aplicações estruturais que exigem limite de escoamento acima de 1000 MPa, boa conformação a frio e tenacidade a baixas temperaturas. Material desenvolvido para atender a aplicações demandadas pelos setores de implementos rodoviários e automotivo linha pesada.

Chapas Grossas

Aço USIRAVUR400: Aço resistente ao desgaste com garantia de dureza no centro da espessura e tenacidade a baixas temperaturas. Desenvolvido para atender demandas de setores da indústria pesada, em aplicações como lâminas de ferramentas de penetração ao solo, barra chata de usinas de açúcar, caçambas de caminhões, peças de mineração e cimenteiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**2020**

Em 24.03.20, a Justiça homologou acordo celebrado entre a Companhia e a Previdência Usiminas para permitir a extinção do processo judicial ajuizado em 27/06/19 pela Companhia em face da Previdência Usiminas, com o objetivo, entre outros, de obter (a) tutela para eximir a Usiminas de continuar a promover o pagamento das parcelas mensais do programa de amortização do déficit do Plano de Previdência Complementar PB1 ("Plano PB 1"), nos termos de instrumento particular celebrado pela Companhia e pela Previdência Usiminas em 12/06/01 ("Contrato 2001"); bem como (b) provimento judicial determinando a devolução, pela Previdência Usiminas, do montante pago a maior pela Usiminas, no âmbito do referido instrumento. O Acordo estabeleceu, entre outras obrigações, que os ganhos atuariais do Plano PB1 apurados nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$717 milhões, fossem utilizados da seguinte forma: (i) quitação do saldo remanescente do Contrato 2001, no valor de R\$323 milhões, conforme posição de 30/06/19; e (ii) devolução à Usiminas do valor remanescente de R\$394 milhões. A devolução do montante à Usiminas ocorreu de forma integral em 26.03.20. O Acordo prevê também a substituição do Contrato 2001 por um termo de compromisso, no qual a Usiminas assume a obrigação de aportar contribuições extraordinárias para o equacionamento de déficits que venham a ser apurados no Plano PB1, enquanto forem devidos pagamentos de benefícios aos seus participantes e assistidos, até o integral cumprimento das obrigações do Plano PB1.

2019

Durante o exercício de 2019, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, novas ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

No exercício de 2019, houve o trânsito em julgado de outras ações judiciais favoráveis às Empresas Usiminas, que também questionavam a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, para períodos diversos desde novembro de 2001. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2019 créditos tributários no montante de R\$156.561 mil.

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, desta vez relativos à filial de Cubatão, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 25 de novembro de 2019 houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$305.848 mil, que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras.

2018

Durante o exercício de 2018, transitaram em julgado, com êxito para as Empresas Usiminas, ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobras.

Em maio de 2018, houve o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado em 2010 pelas Empresas Usiminas, que pleiteava o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2004 a dezembro de 2014. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2018 créditos tributários no montante de R\$802.955 mil.

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobras, relativos à filial de Ipatinga, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 19 de dezembro de 2018, houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$676.023 mil que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobras.